

## Invasões de terras na Grande Vitória — I

# No ES há mais de 40 mil invasores de terra

Por Suely Lievori e Cida Paiva

Fotos: Joaquim Nunes  
e Arquivo de A TRIBUNA

(Continuação da 1ª Página)

Alheio às soluções apresentadas, o Estado aciona o aparelho militar e policial toda vez que ocorre uma invasão, indiferente à legalidade ou não da ação da Polícia naquele contexto. Na opinião do advogado da Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, sr. Vasco Alves de Oliveira Júnior, "A Polícia não tem competência para analisar o que é posse ou invasão de terreno, e muito menos se colocar ao lado de grupos A ou B, sem autorização de um juiz de Direito. Não cabe à Polícia julgar e despejar. A decisão sobre qualquer incidente de invasão cabe à Justiça julgar".

## INÍCIO RECENTE

O processo de invasão na região da Grande Vitória teve início na década de 50, quando os migrantes ocuparam os bairros de Santa Maria, Bomba, Maruípe, Itararé e Engenharia. Naquela época as ocupações eram feitas à revelia, inspiradas unicamente na necessidade de moradia e na impossibilidade do pagamento de aluguel.

Já nos anos 60, quando ocorreu o incremento da especulação imobiliária, a ineficácia da reforma agrária e expulsão do homem do campo e consequente, atração à cidade, pelos grandes projetos, a ocupação dos espaços vagos na periferia da Grande Vitória se deu de forma gigantesca. Vitória, em 1960, registrava um adensamento populacional da ordem de 120 mil habitantes. Nasceram os bairros de São Benedito, Morro do Romão, e Morro do Quadro.

Diante da maneira como se deu — e ainda se dá — a ocupação urbana de toda a Grande Vitória, pode-se afirmar que a expansão espacial dos Municípios está ocorrendo frente ao processo de invasões. Esta constatação levou o sr. Nelson Aguiar a afirmar que o "processo de ocupações, desde 50 até hoje, reflete uma situação enganosa, de sermos hoje um dos países com as mais altas taxas de desigualdade entre os grupos de maior e menor renda".

## POLÍTICA FALHA

Ainda na sua opinião, "o que está errado, e é a principal válvula propulsora das ocupações, é a falta de uma política do Governo, no setor habitacional e de direito à moradia. O Governo somente tem a Cohab-ES para atender as populações mais carentes, e esta prática está ligada ao aspecto de que hoje em dia a casa própria está ligada aos acordos eleitorais".

O deputado estadual citou a responsabilidade das prefeituras municipais no tocante à concessão de terrenos às populações mais carentes. "As prefeituras municipais têm a responsabilidade de ceder seus terrenos ociosos para os mais necessitados, mas isso não ocorre, exa-

por parte dos órgãos competentes. Isto quer dizer que as prefeituras municipais e o próprio Governo, estão deixando estas áreas para futura valorização imobiliária, em detrimento do direito de moradia da população", denunciou.

Exemplificando sua posição, o sr. Nelson Aguiar citou a fazenda do sr. Robbi Nunes, localizada na estrada do Contorno, "que nem sequer é cadastrada, logo, não paga imposto, além de não ter nenhuma limitação que indique que a área tem dono. Somente quando surgem os invasores é que aparecem os donos, a Polícia e toda uma discussão sobre o assunto. Tudo isso seria evitado, se o Governo do Estado cadastrasse estas áreas, colocasse imposto sobre elas, e na impossibilidade de o proprietário urbanizá-las, as adquirisse, doando-as aos necessitados, evitando assim um problema social duplo" — argumentou.

## DIREITOS VIOLADOS

Quando à questão da ação da Polícia nas áreas de invasão, o sr. Nelson Aguiar enfatizou o aspecto de que o Estado, através de seu aparato militar, "viola os direitos dos cidadãos, baseado na falsa idéia de proteção à propriedade privada". Esta posição é defendida também pelo advogado da Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, sr. Vasco Alves de Oliveira Júnior, no sentido de que "agindo assim, o Estado está indo contra seu próprio objetivo de existência, ou seja, está indo contra os interesses do bem comum".

Baseando seu ponto de vista, o sr. Vasco Alves de Oliveira, enumerou artigos da Constituição Federal, que garantem o direito da propriedade. "É preciso se alertar, que hoje, a Constituição Federal não admite o direito da propriedade como algo absoluto, ele é condicionado à questão social. Quando os juristas querem defender o direito da propriedade, utilizam para comprovação de tese o Código Civil, que garante a expulsão de invasores em terrenos particulares. Mas, convenhamos, a Constituição Federal está bem acima do Código Civil, e este deve estar subordinado, hierarquicamente, à primeira, ou seja, condicionando o direito à moradia ao da propriedade".

## ÁREAS OCIOSAS

Nas prefeituras municipais não foi possível a coleta dos índices de áreas ociosas em toda a região da Grande Vitória, sob a alegação dos funcionários de que "este trabalho de apuração merece um estudo aprofundado preliminar". Apurou-se, mais tarde, que os índices de terrenos ociosos pertencentes às prefeituras municipais não foram oferecidos, devido à possibilidade de cobrança deles pelas comunicações de invasores.

Esta prática de manutenção de terrenos não ocupados, pelas prefeituras municipais, visando à valorização imobiliária,

deral também está sendo desrespeitada. E digo mais, quando o povo, não tendo outra opção, ocupa estas áreas ociosas, dando-lhes uma destinação social, é rotulado de invasor e de desrespeitar a Constituição, mas na verdade é o próprio Governo e as prefeituras quem estão violando a Carta Magna, mantendo áreas desocupadas".

Perguntado qual seria a solução mais adequada para o impasse dos ocupantes de terra devolutas, o sr. Vasco Alves de Oliveira disse que a medida cabível seria "a extensão dos projetos habitacionais do Governo às áreas mais carentes, dos subempregados. Nós sabemos que a política do BNH até hoje somente se preocupou com a situação das classes médias e média baixa. Na atual conjuntura, quando as invasões ganham força em todo o cenário nacional e passa para a condição de conflito social, seria uma oportunidade maravilhosa para o Governo utilizar as áreas de seu patrimônio em doações".

## DISPUTA DESIGUAL

Atualmente, existem cerca de 10 processos de invasões tramitando nas Justiça Federal e Estadual, uns mais adiantados, outros em fase de conclusão e outros em fase preliminar. Ao todo, são 40 mil pessoas envolvidas solicitando uma área de cinco milhões de metros quadrados. Durante estes 20 anos de inchamento urbano, via processo de ocupação, muito sangue rolou e muita especulação ganhou lugar.

De um lado, os ocupantes de áreas desocupadas, recebendo estímulo e apoio da Igreja e de pessoas envolvidas em partidos políticos de Oposição, de outro, os juizes, o Código Civil e a Polícia. Os advogados da Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, até agora, venceram algumas liminares de despejo, mas a grande batalha ainda não teve vencedor.

Discute-se a legalidade das invasões, o direito da ocupação das terras, o direito da propriedade, a ação da Polícia, a interferência do aparelho militar do Estado, as áreas ociosas dos poderes públicos municipal e Estadual, e até Federal, e a especulação imobiliária.

Perguntado sobre se quando for comprovada a necessidade de ocupação de um terreno e de sua ociosidade, tendo em vista a carência de moradia da população, se ele — em política — estimula a invasão de determinadas áreas, o sr. Nelson Aguiar disse que "não instigo as ocupações, mas desde o momento em que elas existem, tenho uma posição: de apoio". Disse ainda que a posição de apoio às invasões "é processada através de pessoas, indivíduos, e não de grupos ou facções partidárias".

## JUSTIFICATIVA ERRÔNEA

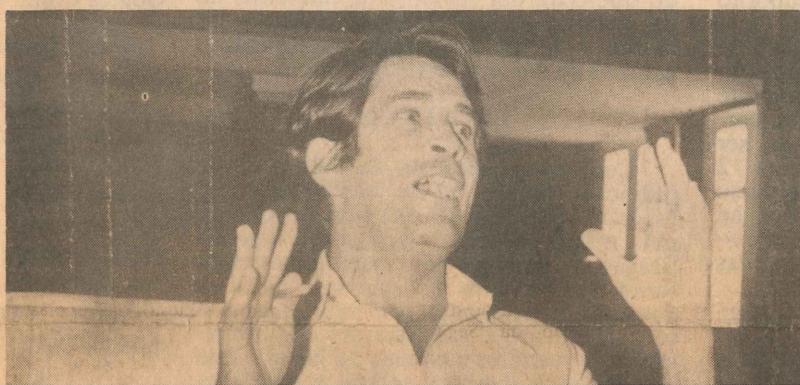
Na opinião do presidente do Movimento Comunitário de São Pedro, sr. Clóvis Rui Coelho, o principal fator que estabelece os índices de ocupação de uma determinada área é o desemprego. "A luta pela posse da terra está muito ligada ao regime de baixo salário, com a expulsão do

Em 24 meses ocorreram nove invasões na região da Grande Vitória, o que equivale a uma ocupação a cada 2,7 meses. E nos últimos cinco anos, cerca de 40 mil pessoas construíram barracos numa área de cinco milhões de metros quadrados pertencentes a particulares, prefeituras municipais e Unifac

(terreno de Marinha). Os motivos dessas invasões vão desde a migração forçada para os centros urbanos a baixos salários e desemprego. Nesta série de duas reportagens especiais sobre as invasões na Grande Vitória, que A TRIBUNA começa a publicar hoje, o deputado Nelson Aguiar, do PMDB, afirma que "a única solução é deixar de lado a discussão acadêmica" e o Governo do Estado adquirir terras não ocupadas para evitar o conflito entre posseiros e proprietários dos terrenos.



Ilha dos Aires foi surgindo gradativamente dos manguezais



## Sequência das ocupações na Grande Vitória

12/05/79 — Bairro Flexal: 3.000 famílias invadem uma área de 16 alqueires e são despejados pela Polícia. O processo está tramitando na Justiça.

tocante à concessão de terrenos às populações mais carentes. "As prefeituras municipais têm a responsabilidade de ceder seus terrenos ociosos para os mais necessitados, mas isso não ocorre, exatamente devido à proteção do patrimônio e consequente valorização imobiliária". Citou ainda que, "Vitória, é uma das poucas cidades do mundo onde coexistem áreas urbanizadas com grandes fazendas. E estas últimas sem qualquer fiscalização

possibilidade de cobrança de terrenos não ocupados, pelas prefeituras municipais, visando à valorização imobiliária mereceu a seguinte colocação do sr. Vasco Alves: "Garante a Constituição Federal, com base no artigo 160, que toda área deve exercer uma função social. Se o próprio Estado e as prefeituras municipais mantêm áreas devolutas, a Constituição Fe-

Clóvis Rui Coelho, o principal fator que estabelece os índices de ocupação de uma determinada área é o desemprego. "A luta pela posse da terra está muito ligada ao regime de baixo salário, com a expulsão do homem do campo, a consequente carência de opções trabalhistas nos grandes centros urbanos para quem não tem qualificação profissional, e por fim, as constantes elevações dos preços dos aluguéis. Tudo isso motiva as invasões".



Nelson Aguiar: a Constituição garante finalidade social da terra

# Posseiros lutam para ter propriedade

Dia de reunião no Centro Comunitário da Ilha dos Aires é dia de movimento. A maioria dos moradores participa, para saber sobre o processo de regularização dos lotes ou para discutir as necessidades do bairro, de luz, esgoto e aterro do mangue.

Ilha dos Aires foi uma invasão que ocorreu gradativamente, no mangue próximo a torre da rádio Vitória, em Vila Velha. Em cerca de cinco anos, desde que os primeiros barracos foram construídos, a população do bairro aumentou para duas mil pessoas que vivem nos barracos erguidos sobre as águas do mangue e próximos a valões de esgoto.

## SITUAÇÃO MELHOR

As crianças da ilha, descalças e barrigudinhas, brincam pelas estreitas ruas de terra e transformam as pinguelas e alôes em áreas de lazer. As condições de saneamento inexistem no local. Mas a situação "já esteve pior", segundo a sra. Maria Nicolau, que mora com seus quatro filhos em um barraco de quarto, sala e cozinha, num terreno perto da rua dos acalíptos.

"Quando mudei aqui", disse ela, "era tudo tabual. Só tinha sapo e cobra. De um ano para cá melhorou muito. A gente se reúne, dá um dinheirinho e paga para aterrar o margue. Sei que o terreno não é nosso mas vamos ficar porque ninguém sabe de quem é. As vezes aparecem vinte, trinta donos, mas nenhum deles tem documento".

Antes de construir seu barraco, a sra. Maria Nicolau morava em um outro alugado a Cr\$ 500,00, também na Ilha dos Aires. "La era quarto e cozinha cheio de água e quando chovia até dava nojo. O dono mora em Afonso Cláudio e tem barraco lá toda vida. Mais de dezesseis alugados." disse ela.

## DECISÃO

Para não pagar mais aluguel ela procurou um terreno desocupado na Ilha dos Aires e ergueu seu barraco. "Levei mais de cinco meses para fazer os cômodos. Fui pedindo tábuas para um e outro, carregando na cabeça até ficar doente. Quando o prefeito de Vila Velha veio numa festa, aqui perto, no ano passado, ele me autorizou a ficar neste terreno. Graças a Deus nem a polícia nem os fiscais da Prefeitura mexeram comigo, até agora".

Mas nem sempre foi assim na Ilha dos Aires. Próximo ao barraco de Maria Nicolau há sinais de barracos demolidos, há tempos atrás, por fiscais e policiais. "A gente não sabe de quem são os terrenos mas ninguém tem o direito de vir aqui derrubar barracos, deixar as pessoas sem abrigo" — disse a sra. Maria Nicolau. "Se eu sair daqui não tenho onde morar. Não volto para Baixo Guandu por

que lá meus filhos não encontram trabalho".

## ILEGAIS

As ruas da Ilha dos Aires tem traçado indefinido. Surgiram a partir da necessidade de acesso aos barracos que foram sendo construídos durante estes últimos anos. A única que possibilita o trânsito de veículos e a Fernandes Coelho. A principal, fazem questão de frisar os moradores, apesar dos valões, do mato e do mau cheiro dos esgotos.

Mesmo conscientes de que, legalmente, ainda não foram reconhecidos como os donos da terra, os moradores tem esperanças de não serem removidos do bairro. "Vão mandar a gente para onde?" — questiona o vigia noturno Edvaldo de Jesus Santos, salário mensal de Cr\$ 16 mil. "Para Santa Rita não dá. Lá só peixe consegue viver. Na maré baixa tem muita lama e na maré alta inunda tudo".

Edvaldo de Jesus comprou o terreno há dois anos na invasão da Ilha dos Aires, por Cr\$ 10 mil. "Não sabia que era invasão", explicou ele. "Depois de fechado o negócio o outro dono só me entregou uns recibos. Não pude voltar atrás porque perderia o dinheiro. Agora estou aqui. Não vendo, não alugo para ninguém porque preciso do barraco para morar".

Nos dois anos em que mora na invasão, Edvaldo de Jesus comentou que já "perdeu a conta" das visitas de policiais e fiscais da Prefeitura. "Comigo nunca mexeram, mas a Polícia vinha aí, dava pontapés nos hegós, derrubava os barracos. Agora, faz uns cinco meses que ninguém aparece mas eu acho que depois das eleições o pau vai quebrar de novo".

## OTIMISMO

Sentado a porta de seu barraco, rodeado de pés de tomate, pimentão e cana, Edvaldo de Jesus, 25 anos, contou que veio de Pedro Canário, no Norte do Estado, devido a dificuldade de trabalho na roça. Antes morava em um barraco, também de invasão, e pagava aluguel de Cr\$ 600,00. "Mas era pior que isso, cheio de lama, "queixou- e ele. "Aqui eu gastei dinheiro, me apertei mas a situação esta melhor".

E os moradores da Ilha dos Aires pretendem que a situação melhore cada vez mais. Nas reuniões no Centro Comunitário, além do problema que mais os preocupa, que é a legalização dos terrenos, eles discutem a ausência de saneamento, luz e aterro do mangue".

"Já pedimos iluminação para a rua Fernandes Coelho, explicou o sr. Waldemar Francisco da Silva. "O prefeito Américo Bernardes prometeu tomar providência, há uns quatro meses. Aqui tem muito tiroteio fora de hora. O pessoal aproveita a escuridão para fazer bagunça. A gente tem que lutar para conseguir as

coisas. Até agora só temos água encaçada".

Os moradores da Ilha dos Aires esperam ter a posse do terreno garantida, a exemplo de uma parte do bairro São Pedro que esta, inclusive, em processo de urbanização. Eles, entretanto, acreditam que esta solução não será imediata. Talvez demore ainda alguns anos.

## SÃO PEDRO

E mesmo no bairro São Pedro, onde a população que invadiu a área do mangue esta, aos poucos, recebendo as escrituras definitivas da Prefeitura de Vitória, as invasões se sucedem. Agora nas encostas dos morros onde os barracos se equilibram sobre as pedras e seus moradores se sacrificam num ritual diário de subir, e descer, apoiando-se nas encostas, traçando caminhos.

Surgiram dois becos — o 26 de Dezembro e o da Grande Data — em frente à placa do Promorar, do outro lado da avenida Serafim Derenzi. Os becos são as passagens de servidão deixadas quando os terrenos foram demarcados, logo no início da invasão, no último mês de dezembro. Mas não existem escadas que levem ao alto do morro.

Como também não existe água, o que obriga as mulheres a subidas diárias, equilibrando latas com água conseguida em uma torneira, instalada as margens da avenida. E as justificativas da mudança para o morro são semelhantes aquelas dos moradores da Ilha dos Aires. A dificuldade em pagar aluguel.

"Eu morava no Morro de São Benedito e pagava Cr\$ 500,00 de aluguel", disse a mineira Tersila Rosa Ferreira, dois filhos e esposa de um servente de pedreiro desempregado. "Agora está mais tranquilo, mesmo tendo que subir o morro carregando lata cheia de água".

A sra. Tersila comprou o terreno onde mora por Cr\$ 5 mil, no início do ano. Ela nem mesmo se lembra do nome do proprietário anterior. Sabe apenas que pagou e está morando e de lá não pretende sair, a não ser forçada.

Opinião semelhante de Walter Adari Cordeiro, que veio, há menos de um mês, de Agua Limpa, Baixo Guandu, "Vou construir meu barraco e ficar por aqui porque Vitória é melhor para morar. "Saí de Baixo Guandu porque lá tem muitas doenças, os rios estão cheios de caramujos". Ele contraiu esquistossomose e está em tratamento no Hospital das Clínicas

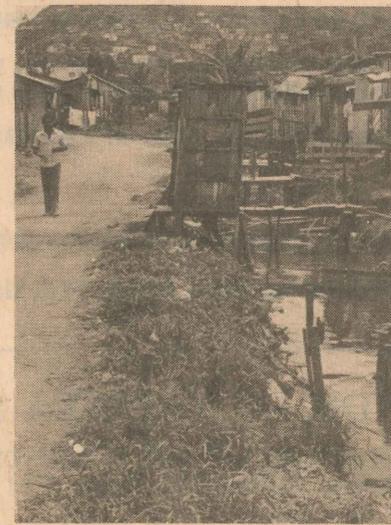
E pretende conseguir um trabalho, de ajudante, e fica em Vitória. "Paguei Cr\$ 40 mil no terreno mas foi o único que encontrei. Antes de comprar eu conversei com um homem que está vendendo lotes aqui perto. Ele quer Cr\$ 9 mil de entrada e prestações de Cr\$ 3 mil, mas quando eu pedi documentos ele desconversou e disse que entregaria quando eu terminasse de pagar".



Tersila Rosa (à esquerda) não reclama da falta de água. O importante é que o barraco lhe pertença



Maria Nicolau e Walter Adari, de Baixo Guandu, migraram para o mesmo local



Para fugir dos aluguéis os "invasores" se sujeitam a condições subumanas de habitação

vadem uma área de 16 alqueires e são despejados pela Polícia. O processo está tramitando na Justiça:

**16/04/80 — Rio Marinho:** Mais de 1.000 pessoas invadem e constroem 3.000 barracos. Polícia intervém espancando e detendo os posseiros da área. 800 lotes são demarcados em 6 alqueires.

**03/05/80 — Bairro São Geraldo:** 40 invasores são detidos por 50 policiais civis e militares. Posteriormente conduzidos à Superintendência de Polícia Civil.

**06/05/80 — Bairro São Geraldo:** 100 posseiros são expulsos da área por 30 soldados da Polícia Militar.

**01/01/81 — Bairro São Pedro** — Nove barracos são destruídos, mas centenas de lotes são demarcados. Mais de 600 famílias instalam-se no local. A ação policial foi violenta e o processo está em fase de conclusão.

**15/01/81 — Área entre Santo Antonio e Ilha das Caietras:** 130 famílias invasoras foram fustigadas pela Polícia.

**27/01/81 — Posse de terrenos das Obras Pavonianas e dos Correios e Telégrafos:** Tiroteio na invasão da área. Um invasor ferido.

**18/06/80 — Ilha dos Ayres:** 4.500 posseiros dispersados pela Polícia.

**02/06/81 — Bairro Andorinhas:** Barracos construídos no mangue por mais de 100 posseiros foram destruídos por policiais civis e militares, além dos capangas do pastor Jader Gomes Coelho, que se diz proprietário. O mandado encontra-se na Justiça e ainda não foi julgado.

Na segunda e última reportagem desta série a ser publicada na edição de terça-feira, os entrevistados Dom João Batista da Motta e Albuquerque, arcebispo de Vitória, Carlito von Schilgen, prefeito de Vitória, Lucio Merçon, líder do Governo na Assembléia Legislativa, Manyr Carlos de Souza, secretário da Justiça, Nelson Aguiar, deputado (PMDB) e o padre Lucas, da paróquia de Goiabeiras falam sobre as invasões na Grande Vitória.